

Políticas Públicas Para Um Mundo Melhor Já: Análise Do Capitalismo Como Catalisador Do Desenvolvimento Sustentável E Da Agenda 2030

Carlos Lopatiuk

*Doutorando Em Desenvolvimento Comunitário
Universidade Estadual Do Centro-Oeste, Unicentro, Brasil.
Doutorando Em Direito
Universidade Nova De Lisboa, Unl, Portugal.
Doutorado Em Ciências Sociais Aplicadas.
Universidade Estadual De Ponta Grossa, Uepg, Brasil.
Doutorado Em Ciências Empresariais.
Universidad del Museo Social Argentino, Umsa, Argentina.
Professor Adjunto Da Universidade Estadual De Ponta Grossa (Uepg), Brasil
Pesquisa Continuada Desenvolvida Na Uepg Junto Ao Mestrado Em Direito E Que Propõe A Discussão Dos
Limites De Atuação Da Jurisdição No Que Diz Respeito Às Políticas Públicas- Integrante*

Luís Paulo Gomes Mascarenhas

*Doutorado Em Saúde Da Criança E Do Adolescente.
Universidade Federal Do Paraná, Ufpr, Brasil.
Professor Adjunto Da Universidade Do Centro Oeste (Unicentro) (Brasil- Pr)*

João Irineu De Resende Miranda

*Doutorado Em Direito Internacional.
Universidade De São Paulo, Usp, Brasil.
Professor Associado Da Universidade Estadual De Ponta Grossa (Uepg), Brasil*

Alexandre Almeida Rocha

*Doutorado Em Ciências Sociais Aplicadas.
Universidade Estadual De Ponta Grossa, Uepg, Brasil.
Pesquisa Continuada Desenvolvida Na Uepg Junto Ao Mestrado Em Direito E Que Propõe A Discussão Dos
Limites De Atuação Da Jurisdição No Que Diz Respeito Às Políticas Públicas- Coordenador
Professor Adjunto Da Universidade Estadual De Ponta Grossa (Uepg), Brasil*

Carla Emanuele Lopatiuk

Acadêmica De Medicina Centro Universitário Campo Real, Brasil

Resumo

*O presente artigo abrange a importância da sustentabilidade aliada a um desenvolvimento sustentável, destacando iniciativas como a Agenda 2030 e nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), ao explorar a interdependência entre os pilares econômico, social e ambiental. A **metodologia** utilizada foi o método dedutivo, fundamentado em pesquisa bibliográfica, que por meio da análise de conceitos-chave e teorias sobre sustentabilidade, baseando-se em fontes acadêmicas, relatórios e documentos internacionais permitiu uma dedução de **resultados** que levaram justamente a criação e plena efetividade da Agenda 2030, indicando que a integração dos setores público, privado e sociedade civil é essencial para a efetividade das políticas de sustentabilidade. Através da discussão foi possível ampliar tais constatações em prol de uma ação coordenada para superar os desafios globais, como as mudanças climáticas e a desigualdade social. Conclui-se pela importância de uma abordagem holística para o desenvolvimento sustentável, enfatizando que a implementação bem-sucedida dos ODS exige não apenas ação imediata, mas um compromisso contínuo com a sustentabilidade, compreendendo que práticas sustentáveis podem ser promovidas de forma integrada, buscando um futuro mais equitativo, saudável e ambientalmente responsável.*

Palavras-chave: *Capitalismo. Desenvolvimento Sustentável. Agenda 2030.*

Date of Submission: 12-02-2025

Date of Acceptance: 22-02-2025

I. Introdução

A sustentabilidade é um conceito essencial que busca harmonizar o desenvolvimento econômico, social e ambiental, garantindo que as gerações atuais atendam às suas necessidades sem comprometer os recursos e as condições das gerações futuras. Diante da urgência e da complexidade dos desafios globais, a Organização das Nações Unidas (ONU) desempenha um papel central ao promover a sustentabilidade por meio de diversos programas e iniciativas globais.

O Plano de Ação Global da ONU constitui uma resposta abrangente às questões que ameaçam a estabilidade e o bem-estar mundial. Fundamentado nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o plano apresenta uma agenda ambiciosa composta por 17 metas que abordam desde a erradicação da pobreza e a promoção da igualdade de gênero até a ação climática. Os ODS representam um apelo à ação conjunta, reconhecendo a necessidade de colaboração entre governos, empresas, organizações da sociedade civil e cidadãos.

A implementação desse plano requer esforços coordenados em diferentes esferas — local, nacional e global. Envolve a formulação de políticas inclusivas, a adoção de práticas empresariais sustentáveis, o investimento em tecnologias limpas e a sensibilização do público. A ONU também busca fortalecer a cooperação internacional, promovendo soluções conjuntas para desafios como as mudanças climáticas, a escassez de recursos naturais e a desigualdade social.

O compromisso com a sustentabilidade e a concretização do Plano de Ação Global são vitais para assegurar um futuro próspero e equilibrado para todas as pessoas e para preservar a saúde do planeta. A participação de todos os setores da sociedade é imprescindível para alcançar os objetivos e construir um mundo mais sustentável e resiliente. A discussão sobre a relação entre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável reflete um diálogo crítico em torno do equilíbrio entre as demandas atuais e futuras. A sustentabilidade refere-se à capacidade de manter condições equilibradas ao longo do tempo, enquanto o desenvolvimento sustentável propõe ir além, visando melhorias no bem-estar humano e incluindo aspectos éticos, sociais e econômicos em sua abordagem.

O artigo tem como objetivo geral identificar se é possível **POLÍTICAS PÚBLICAS PARA UM MUNDO MELHOR JÁ**, com análise da influência do capitalismo, avaliando se ele atua como catalisador do desenvolvimento sustentável e se exerce impacto na implementação da Agenda 2030. Para alcançar esse propósito, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

1. Examinar o conceito de antropoceno e as diferentes narrativas relacionadas, como as naturalistas, pós-natureza, ecocatastrofistas e ecomarxistas.
2. Explorar a relação entre o desenvolvimento humano e o agravamento da crise ambiental, com base nas perspectivas de Carson e Hardin sobre a tragédia dos comuns.
3. Investigar o confronto entre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, com ênfase na abordagem do tripé da sustentabilidade.

Com frequência, a sustentabilidade é associada à preservação ambiental e ao uso consciente de recursos naturais, destacando práticas que minimizem os impactos ambientais e evitem a degradação irreversível dos ecossistemas. Por sua vez, o desenvolvimento sustentável reconhece a interdependência entre a saúde do planeta e sistemas sociais justos e inclusivos, abordando temas como erradicação da pobreza, justiça social e igualdade de gênero. Assim, o desenvolvimento sustentável busca um equilíbrio que una crescimento econômico, equidade social e preservação ambiental. Enquanto a sustentabilidade foca na preservação dos recursos naturais, o desenvolvimento sustentável incorpora uma visão mais ampla, comprometida com a melhoria da qualidade de vida presente e futura. A integração desses conceitos é essencial para traçar um caminho viável para o futuro do planeta e de suas populações diversas.

A sustentabilidade baseia-se em três pilares fundamentais: o econômico, o social e o ambiental. Esses tripés são o alicerce de qualquer estratégia sustentável e, juntos, formam um guia para enfrentar os desafios globais. O pilar econômico busca práticas financeiramente viáveis e justas, promovendo eficiência e equidade na distribuição de riquezas. O social visa a inclusão e a justiça, assegurando condições de vida dignas para todos. Já o ambiental enfatiza a conservação dos recursos naturais e a mitigação de impactos negativos sobre os ecossistemas. Esses pilares interconectados fornecem um modelo holístico para o desenvolvimento sustentável, equilibrando prosperidade econômica, justiça social e preservação ambiental.

A Agenda 2030, adotada pela ONU em 2015, é um marco na promoção do desenvolvimento sustentável. Composta por 17 ODS, a agenda abrange dimensões como erradicação da pobreza, igualdade de gênero e ação climática, propondo metas a serem alcançadas até 2030. Dentre os ODS, o Objetivo 3, que trata de "assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos", destaca-se por sua abrangência, incluindo redução de mortalidade infantil, combate a doenças e fortalecimento de sistemas de saúde.

A implementação do ODS 03 requer esforços coordenados e investimentos que promovam o acesso universal a serviços de saúde, infraestrutura adequada e resiliência diante de crises sanitárias. Isso reflete a interconexão entre saúde e desenvolvimento sustentável, destacando sua importância para um futuro equitativo e saudável. Compreender a origem e evolução dos conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável é fundamental para a implementação eficaz da Agenda 2030. É necessário entender suas diferenças, áreas de atuação e o contexto que os integrou, bem como os desafios que envolvem sua aplicação em diferentes cenários — desde países desenvolvidos até aqueles em desenvolvimento.

A análise da fiscalização e implementação da Agenda 2030 evidencia desafios críticos, especialmente no que diz respeito ao ODS 03. Conhecer os órgãos responsáveis, as políticas públicas associadas e os dados coletados são essenciais para fortalecer a governança e garantir o alcance das metas. Os desafios ambientais contemporâneos, agravados pela pandemia de Covid-19, tornam a Agenda 2030 uma iniciativa indispensável, mas também sujeita a críticas pela falta de fiscalização internacional eficaz. Essa tese explora a relação entre a sustentabilidade, o aquecimento global e os impactos do capitalismo desenfreado, destacando a Agenda 2030 como um caminho viável, embora com lacunas a serem superadas.

Mudanças climáticas, eventos extremos e degradação ambiental resultam da exploração irresponsável dos recursos naturais. Problemas como a desertificação e a perda de biodiversidade refletem a urgência de ações concretas e coordenadas. Apesar das dificuldades, a Agenda 2030 permanece como uma ferramenta crucial para promover o equilíbrio entre desenvolvimento e preservação.

Embora tenha enfrentado desafios e críticas, sua concepção foi fundamentada em lições históricas, e descartar o projeto seria um erro. Ao invés disso, a solução passa por aprimorar sua implementação, fortalecer a fiscalização e propor medidas que ampliem seu alcance e eficácia. A criação de um órgão internacional robusto de fiscalização pode ser uma resposta estratégica para preencher as lacunas identificadas.

Finalmente, as mudanças climáticas exigem uma resposta global e coordenada, baseada em ciência, cooperação e compromisso. Os dados do IPCC indicam uma trajetória preocupante, com aumento de eventos climáticos extremos e elevação do nível do mar, que reforçam a necessidade de iniciativas como a Agenda 2030. Com planejamento adequado, cooperação internacional e fiscalização eficiente, é possível enfrentar os desafios ambientais e sociais, promovendo um futuro sustentável e resiliente para todos.

II. Metodologia

A metodologia deste artigo foi desenvolvida com o objetivo de abordar de forma clara e estruturada os aspectos teóricos e práticos relacionados ao tema central, buscando analisar as questões a partir de uma abordagem abrangente e crítica. Para isso, utilizamos uma combinação de técnicas qualitativas e quantitativas, com foco na análise de dados, revisão bibliográfica e estudo de casos, visando garantir a robustez e a profundidade dos resultados obtidos.

Em termos de metodologia, o presente artigo objetivando abordar de forma clara e estruturada os aspectos teóricos e práticos relacionados ao tema e ainda analisar as questões a partir de uma abordagem abrangente e crítica, utilizou-se de uma revisão bibliográfica extensa, construindo um amplo referencial teórico ao identificar as principais abordagens e correntes de pensamento sobre capitalismo e sustentabilidade.

Para isso, foram analisados livros, artigos acadêmicos e relatórios de organizações internacionais, o que permitiu uma compreensão abrangente dos conceitos-chave, teorias e debates em torno da sustentabilidade. Já os resultados deste artigo foram elaborados por meio do método dedutivo, que se caracteriza pela utilização de premissas gerais para chegar a conclusões mais específicas. Essa abordagem foi adotada com base na pesquisa bibliográfica anterior, que serviu como fundação para a formulação e análise dos resultados.

No caso do presente artigo, a pesquisa bibliográfica prévia forneceu um referencial teórico robusto acerca do desenvolvimento sustentável, da Agenda 2030 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), bem como, acerca do próprio capitalismo. A partir desse referencial, foi possível construir uma linha de raciocínio que direcionou a análise dos resultados. Portanto, a elaboração dos resultados com base no método dedutivo, fundamentada pela pesquisa bibliográfica, permitiu uma análise coerente e sistemática dos dados, sustentada por um referencial teórico robusto.

III. Desenvolvimento

O Antropoceno E As Narrativas Naturalistas, Pós-Natureza, Ecocatastrofista E Ecomarxista

O químico atmosférico laureado com o Prêmio Nobel, Paul Crutzen, cunhou em 2000 o termo **Antropoceno**, uma denominação que ele considerava adequada para descrever o período que a Terra havia alcançado. Juntamente com o biólogo Eugene Stoermer, publicou um artigo definindo a atividade humana como o principal fio condutor das mudanças geológicas e ecológicas. Nesse estudo, foram constatados diversos fenômenos, como o aumento da liberação de dióxido de enxofre na atmosfera, a fixação sintética de nitrogênio no solo, o aumento das emissões de óxido nítrico, o crescimento das emissões de gases de efeito estufa, a destruição das zonas úmidas costeiras e as alterações nos ciclos geoquímicos das águas.

O surgimento do Antropoceno também é reflexo de aspectos culturais, pois a transformação da natureza está atrelada a uma ordem social marcada por relações sociais, raciais, de gênero e geopolíticas que perpetuam desigualdades no acesso a bens ambientais e na exposição a danos ambientais. Nesse sentido, as assimetrias socioecológicas geram desenvolvimentos insustentáveis. Portanto, é inconcebível atribuir a culpa genérica à humanidade pela crise ambiental. Por exemplo, os países mais ricos são os maiores emissores de carbono, mesmo quando seguem protocolos de redução. Isso se agrava pela prática de terceirizar a produção industrial para países mais pobres, rompendo a cadeia climática causal e demonstrando a necessidade de uma análise geopolítica sobre o tema (Amaral, 2021, p. 32).

A partir desse contexto, emergem diferentes narrativas. A narrativa pós-natureza defende a criação de um “bom Antropoceno”, onde a natureza é vista como uma construção cultural e tecnológica controlada pelos humanos. Em contraponto, os ecocatastrofistas acreditam no colapso dos recursos naturais e consideram a Terra como uma mãe que devorará seus filhos em meio ao fim da civilização industrial. Já a narrativa ecomarxista associa o avanço do capitalismo e do imperialismo à contradição inerente do capitalismo, que é a incapacidade de conservar a natureza (Amaral, 2021, p. 33).

No Holoceno, a estabilidade climática permitiu o desenvolvimento humano, incluindo a urbanização, avanços na agricultura, comércio e redes de comunicação. Contudo, a intensa atividade humana, sobretudo a queima de combustíveis fósseis, intensificou o efeito estufa, alterando o clima global. Atualmente, mudanças climáticas extremas se tornaram parte da realidade cotidiana. Em janeiro de 2024, por exemplo, uma onda de frio no Ártico reduziu as temperaturas nos Estados Unidos para -45°C , enquanto no Rio de Janeiro os termômetros marcaram 42°C , com sensação térmica de 60°C .

Essa nova era climática evidencia desigualdades. O urbanista Benny Shvartsberg, da Universidade de Brasília (UnB), aponta que populações marginalizadas, como negros, pardos, indígenas e pobres, sofrem mais com as condições ambientais extremas. Segundo ele, “enquanto em áreas nobres ou de classe média a chuva é apenas um frescor, na periferia cada temporal é sinônimo de medo” (Yamaguti, 2024). Assim, essas comunidades carecem de investimentos em monitoramento, reparo e prevenção, sendo imprescindível que as políticas públicas destinem mais atenção e recursos a esses territórios (Santarém, 2024).

Além disso, pesquisadores destacam que as mudanças climáticas extremas aumentam a mortalidade. A verticalização urbana, que elimina áreas verdes, altera a circulação de ventos e cria ilhas de calor, resultando em baixa umidade do ar e alta poluição. Outro fator preocupante é o desmatamento, que está se aproximando de um ponto de não retorno em várias vegetações, como na Amazônia. As mudanças climáticas e a conversão de solo para fins agropecuários intensificam esse processo.

Apesar de uma redução de 50% nos alertas de desmatamento na Amazônia em 2023, o Cerrado registrou um aumento de 44% no mesmo período, segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Isso reflete a percepção equivocada de que as savanas são menos importantes que florestas, ignorando que o Cerrado é a “caixa d’água” que alimenta dois terços das bacias hidrográficas do Brasil (WWF-Brasil, 2024).

O bioma já perdeu metade de sua vegetação nativa, e cada hectare desmatado compromete sua capacidade de armazenar água. Como o Cerrado também armazena carbono no subsolo, sua destruição pode inviabilizar a meta do Acordo de Paris de limitar o aquecimento global a $1,5^{\circ}\text{C}$. Em 2023, o planeta quase atingiu esse limite, com consequências desastrosas, incluindo impactos na agricultura brasileira, que não deve alcançar as projeções para a safra 2023/2024 devido a fatores climáticos (Silva, 2024).

A agropecuária é a maior causadora do desmatamento no Brasil, especialmente no Cerrado, onde a legislação é mais permissiva do que na Amazônia. Combater o problema requer ações conjuntas entre governos locais e empresas do agronegócio, com a adoção de práticas sustentáveis, já que há áreas abertas suficientes para atender à demanda de produção até 2050 sem derrubar mais árvores (WWF-Brasil, 2024). Na Mata Atlântica, 13 espécies raras, exclusivas do bioma, estão ameaçadas de extinção, representando 82% de sua biodiversidade. Mary Sorage Praxedes da Silva Medeiros, presidente do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, destaca a urgência de abandonar uma postura colonial utilitarista e imediatista em relação aos recursos naturais (Almeida, 2024).

O Desenvolvimento Humano E O Agravamento Da Crise Ambiental: Uma Leitura De Carson E Hardin Acerca Da Tragédia Dos Comuns

Carson (2010, p. 65) aponta que, embora o ser humano raramente reflita sobre isso, sua existência na Terra depende das plantas. O problema central é o relacionamento utilitário que o homem tem com elas: se uma planta possui utilidade imediata, ela é cultivada, mas, caso sua presença seja considerada indiferente, é condenada à destruição. Frequentemente, por questões de conveniência, o ser humano intervém em vegetações que estão profundamente conectadas a outras plantas, animais e ao equilíbrio do planeta como um todo. Ainda que tais intervenções devam ser conduzidas com humildade e consciência das possíveis consequências catastróficas, essa postura de cautela raramente é adotada.

A prática de pulverização de espécies vegetais por razões econômicas ilustra bem essa problemática. Além de eliminar as plantas-alvo, tal prática extermina outras espécies vegetais não visadas, bem como espécies animais que dependem dessas plantas. Essas ações, promovidas por indústrias químicas, refletem um modelo de exploração capitalista que ignora os impactos ambientais. Carson (2010, p. 71) denuncia que essas pulverizações não apenas são mal planejadas, mas também caracterizadas por abusos, resultando em sérios danos à biodiversidade.

Além do valor estético associado à preservação da vegetação natural, Carson destaca que “na economia da natureza, a vegetação natural ocupa um lugar essencial”. Essa vegetação fornece abrigo, alimento e áreas de acasalamento para inúmeras espécies animais. É também o habitat de polinizadores como abelhas, essenciais para o cultivo agrícola e a manutenção do solo. A destruição da vegetação rompe “os fios que unem a vida a vida” (Carson, 2010, p. 73).

Embora métodos de pulverização seletiva estejam sendo adotados em alguns locais, a prática indiscriminada ainda prevalece, gerando custos elevados para os contribuintes e danos significativos à teia ecológica. Carson (2010, p. 75) argumenta que a pulverização seletiva apresenta vantagens, como a aplicação concentrada de agentes químicos na base das árvores, minimizando danos à fauna selvagem. Além disso, essa técnica requer menos recursos financeiros, mas sua adoção enfrenta resistência devido à falta de informação e aos costumes arraigados.

Carson (2010, p. 80) sugere o controle biológico como uma alternativa eficaz e sustentável para o manejo da vegetação indesejada, deixando que a natureza resolva problemas de forma autônoma. Essa abordagem reflete o princípio de que, ao observar e imitar os processos naturais, o ser humano pode alcançar melhores resultados: “quando o ser humano se mostrou inteligente o bastante para observar e imitar a natureza, ele, também, foi muitas vezes recompensado com o sucesso” (Carson, 2010, p. 80).

Hardin (1968) complementa essa análise ao defender que o ser humano precisa reconhecer os limites do mundo finito e planejar o desenvolvimento com base nessa realidade, sob pena de aumentar significativamente a miséria global. Ele argumenta que a população ideal está abaixo do limite máximo, contrapondo-se à ideia de Bentham, e destaca que “a seleção natural comensura o incomensurável” (Hardin, 1968, p. 1.246).

Hardin também critica a ideia de que apelos à consciência podem controlar a reprodução humana a longo prazo. Ele aponta que, em uma sociedade profundamente comprometida com o Estado de bem-estar social, o controle populacional enfrenta desafios adicionais. Segundo o autor, pessoas mais conscientes tenderiam a limitar sua reprodução, enquanto aquelas menos sensíveis teriam mais filhos, perpetuando um ciclo de desigualdade geracional (Hardin, 1968, p. 1.251).

As técnicas utilizadas pelo agronegócio e pelas indústrias, além de custosas, possuem maior potencial destrutivo para o meio ambiente, o habitat natural de diversas espécies e a biodiversidade. Esse comportamento consumista e capitalista não apenas prejudica o planeta, mas também ameaça a própria sobrevivência humana. Para mitigar esses impactos, é fundamental estabelecer parcerias entre a indústria, órgãos de pesquisa e centros de estudo para desenvolver métodos de plantio e produção menos prejudiciais aos recursos naturais, atendendo às necessidades humanas de forma integral.

Se a população não cobrar mudanças nas práticas do agronegócio e das indústrias, nenhuma medida sustentável será implementada, pois lucro e proteção ambiental são frequentemente tratados como opostos. A conscientização do papel humano na proteção do meio ambiente é crucial para evitar consequências desastrosas e garantir um futuro sustentável para todos.

Sustentabilidade X Desenvolvimento Sustentável

Thomas Malthus (1766-1834) formulou suas ideias em oposição ao capitalismo industrial defendido por iluministas como o Marquês de Condorcet (1743-1794) e William Godwin (1756-1836). Malthus sustentava os interesses dos proprietários de terra, da nobreza e do clero, defendendo o controle populacional por meio do aumento da mortalidade (“freio positivo”) ou do adiamento dos casamentos (“freio preventivo”), sendo contrário ao planejamento familiar e ao aborto.

Karl Marx (1818-1883), por sua vez, criticou o malthusianismo ao afirmar que o crescimento populacional era uma consequência direta do avanço capitalista, acreditando, ainda, na possibilidade de “domesticar” a natureza. Em contrapartida, John Stuart Mill (1806-1873) alertava que tanto o crescimento econômico quanto o populacional enfrentam limites, tal como os recursos naturais.

Segundo Veiga (2008, p. 380), até os anos 1970, a sustentabilidade era restrita às ciências biológicas, sendo aplicada na análise de atividades extrativas que excediam os limites de reprodução de espécies. No entanto, o conceito foi ampliado para abarcar o desenvolvimento humano. Nascimento (2012, p. 51) destaca que, inicialmente, a sustentabilidade tinha uma abordagem biológica e ecológica, mas evoluiu para incorporar dimensões econômicas e capitalistas, evidenciando a finitude dos recursos naturais e as implicações da escassez para a humanidade.

Pedrini e Oliveira (2017, p. 20) atribuem ao ser humano, guiado por valores capitalistas e pela ganância, a responsabilidade pela degradação ambiental. Veiga (2008, p. 42) observa que, embora a ação humana sobre o meio ambiente sempre tenha existido, seus impactos eram inicialmente sutis, tornando-se mais evidentes com o aumento populacional e a demanda por alimentos em maior escala. Para Dias (2015, p. 12), os dois grandes marcos de intensificação desse impacto foram a expansão da agricultura e a Revolução Industrial.

O avanço capitalista e a industrialização inauguraram a exploração indiscriminada dos recursos naturais, ignorando sua finitude em favor do lucro e do imediatismo. Nos últimos 250 anos, enquanto a economia global cresceu 156 vezes, a renda per capita 17 vezes e a população 9,1 vezes, todo esse progresso ocorreu à custa do meio ambiente, resultando em uma grave crise ecológica.

A pesquisadora mexicana Yásnava Elena Aguilar Gil, durante a 9ª Reunião de Antropologia da Ciência e Tecnologia na UFG, refletiu sobre os danos associados aos avanços tecnológicos, que ela descreve como sistemas de opressão agravadores do aquecimento global, ameaçando a viabilidade da vida humana. Gil destaca que a tecnologia, ao invés de melhorar a qualidade de vida, tem favorecido a concentração de renda, intensificando desigualdades sociais e ambientais.

Camargo (2016, p. 62) observa que, na década de 1960, o reconhecimento da finitude dos recursos naturais trouxe preocupação quanto às consequências da destruição ambiental. Já Nascimento (2012, p. 53) aponta que o marco inicial das discussões climáticas foi a Conferência de Estocolmo, motivada pelas chuvas ácidas que afetavam os países nórdicos. Essa preocupação, entretanto, era egoísta, já que os países desenvolvidos temiam racionamentos que afetassem seu conforto, enquanto os subdesenvolvidos temiam que medidas ambientais prejudicassem seu progresso.

Loureiro (2014, p. 44) argumenta que o conceito de desenvolvimento sustentável surgiu como um meio termo, buscando mitigar problemas ambientais sem impedir o progresso. Apesar de bem-intencionado, é considerado genérico e politizado. Camargo (2016, p. 44) reforça essa visão, descrevendo o termo como uma “pseudo-mudança” que tenta conciliar sustentabilidade ecológica com crescimento econômico.

Boff (2015) propõe que uma sociedade sustentável deve priorizar a conservação dos recursos naturais e a proteção dos ecossistemas, garantindo a existência das futuras gerações. Ele defende um modelo democrático mais inclusivo, que considere todas as formas de vida e privilegie recursos renováveis. Para Boff, a sustentabilidade está intimamente ligada à participação social e à solidariedade intergeracional.

Por fim, Capra (2006, p. 13) sugere que a solução não é criar novas sociedades, mas adaptar as existentes às necessidades humanas e aos limites ambientais, promovendo projetos globais como a Agenda 2030. Entretanto, como Lima (2003, p. 104) já apontava, as discussões ambientais são frequentemente marcadas por acusações mútuas entre nações desenvolvidas e em desenvolvimento, refletindo interesses egoístas e contraditórios que ainda dificultam avanços genuínos em sustentabilidade.

Os Tripés Da Sustentabilidade

Nos últimos 70 anos, o progresso socioeconômico global foi alcançado majoritariamente à custa de recursos naturais e da proteção ambiental. Frente ao agravamento da crise ambiental, os avanços econômicos e tecnológicos podem ser comparados à reação de alguém que, caindo do vigésimo andar, considera que tudo está bem ao passar rapidamente pelo quinto andar (Martine; Alves, 2015, p. 440). Diferente dos avanços excepcionais observados entre 1900 e 2000, é improvável que sejam repetidos, especialmente considerando a crescente escassez de recursos naturais e os problemas ambientais.

Conforme Martine e Alves (2015, p. 441-442), os condicionantes que sustentaram o crescimento econômico nos últimos dois séculos atingiram seus limites, colocando em risco o modelo de produção e consumo atual. Apesar da persistente predominância do crescimento econômico como objetivo global, tal modelo exige um aumento contínuo da produção, sustentado por uma cultura de consumo profundamente enraizada, que será difícil de modificar.

Nesse contexto, proibir países subdesenvolvidos de buscarem o desenvolvimento seria injusto, considerando as desigualdades sociais. Contudo, o desafio está em controlar o ritmo e nível de consumo da humanidade sem prejudicar seu progresso. O desenvolvimento sustentável e o tripé da sustentabilidade (social, ambiental e econômico) surgem como ferramentas essenciais.

O modelo de sustentabilidade desafia as empresas a irem além do lucro, promovendo alta responsabilidade social e ambiental. Ele se baseia em três pilares:

- a) **Social:** Refere-se ao impacto das empresas na sociedade. Internamente, envolve o cumprimento das leis trabalhistas e a promoção de um ambiente de trabalho saudável. Externamente, exige respeito e apoio às comunidades afetadas pelas atividades empresariais.
- b) **Ambiental:** Busca minimizar os impactos no meio ambiente, exigindo práticas conscientes e respeitadas, mesmo em um contexto capitalista. Exemplos incluem a Natura, que explora recursos naturais de forma sustentável, e a Samsung, que monitora seus impactos na sociedade.

c) **Econômico:** Relaciona-se à gestão eficiente de investimentos e patrimônio, promovendo práticas sustentáveis. O Banco do Brasil, por exemplo, construiu uma usina solar para abastecer 100 de suas agências em Minas Gerais.

Empresas que adotam esses pilares, como Natura, Samsung e Banco do Brasil, demonstram que é possível conciliar lucratividade com responsabilidade socioambiental. Práticas como a economia circular são fundamentais nesse modelo, permitindo o reaproveitamento de matéria-prima e a valorização dos recursos naturais em todas as etapas da produção. No Brasil, cerca de 76,5% das indústrias já adotam estratégias como ecodesign, reciclagem e redução de desperdícios.

O mercado de carbono também desempenha um papel crucial, incentivando empresas a reduzir suas emissões de gases de efeito estufa por meio do modelo "cap and trade". Esse sistema promove investimentos em tecnologias limpas e sustentabilidade. Na conservação florestal, empresas buscam manter as florestas em condições sustentáveis, combatendo desmatamentos e queimadas ilegais, com destaque para iniciativas na Amazônia. Essas ações ampliam as áreas sob concessão florestal e incentivam negócios voltados à bioeconomia.

A plataforma Observatório 2030, criada por Gabriela Rozman em parceria com diversas instituições, visa monitorar dados públicos sobre a implementação de práticas sustentáveis nas empresas. Atuando em áreas como clima, gênero, água, corrupção e salários dignos, a plataforma busca preencher lacunas de transparência e mitigar os impactos do sistema consumista. Dos 82 grupos empresariais analisados, apenas 15 apresentaram resultados positivos, incluindo BRF, Itaú Unibanco e Raízen, enquanto a maioria teve desempenho insatisfatório. Empresas que adotam práticas sustentáveis são mais competitivas, rentáveis e preparadas para conquistar novos mercados. A sustentabilidade não só melhora a imagem corporativa, mas também atende às expectativas de uma população cada vez mais consciente, garantindo resultados econômicos positivos e impactos ambientais reduzidos.

Nessa linha, voltada para a sustentabilidade e para o desenvolvimento econômico, surge o que é provavelmente o projeto sustentável de maior grandiosidade e alcance, a Agenda 2030, um Plano de Ação Global da ONU, gestado em 2015 e com prazo final até 2030 para cumprimento das diversas metas traçadas, nos mais diversificados ramos de atuação em todos os países que compõem a ONU.

IV. Resultados E Discussões

A Agenda 2030 representa um conjunto de metas e objetivos globais estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) para enfrentar desafios sociais, econômicos e ambientais, promovendo o desenvolvimento sustentável em escala mundial. Adotada em setembro de 2015, durante a Cúpula da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável em Nova Iorque, ela é fruto de um processo participativo que envolveu governos, sociedade civil, setor privado e cidadãos de todo o mundo.

A gênese da Agenda 2030 remonta às décadas anteriores, marcadas por um crescente reconhecimento dos problemas globais que ameaçam o futuro da humanidade e do planeta. Eventos como a ECO-92, no Rio de Janeiro, culminaram na criação da Agenda 21, um marco inicial na discussão sobre desenvolvimento sustentável. Contudo, a ampliação e complexificação dos desafios globais, como as mudanças climáticas, desigualdades sociais e degradação ambiental, demandaram uma resposta mais robusta e abrangente.

Nos anos 2000, o encerramento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) levou à concepção de uma nova agenda. A Rio+20, realizada em 2012, reforçou a necessidade de uma abordagem integrada, resultando em um processo de negociação que consolidou a Agenda 2030 com 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas. Estes objetivos abrangem áreas como erradicação da pobreza, igualdade de gênero, saúde, educação, energia limpa e justiça social.

A Agenda 2030 adota uma visão holística, integrando os pilares econômico, social e ambiental do desenvolvimento sustentável. Seu enfoque na interconexão entre essas dimensões reflete a necessidade de ações coordenadas e estratégias colaborativas. Além disso, propõe um modelo inovador de implementação, deslocando-se do tradicional sistema de tratados internacionais para uma governança multissetorial, que envolve atores diversos e arranjos flexíveis para formulação de políticas.

O conceito de governança é central para a Agenda 2030, desafiando os Estados e instituições internacionais a adaptar-se a novos paradigmas, como o antropoceno – a era geológica marcada pelo impacto humano no planeta – e a *knowledge democracy*, caracterizada pela interação entre ciência, política e mídia em um ambiente de reflexividade e incertezas. Nesse contexto, práticas como o *goal setting* e a metagovernança têm ganhado espaço, permitindo maior coordenação e eficácia no alcance dos objetivos.

No Brasil, a implementação da Agenda 2030 evidencia a interdependência entre desenvolvimento econômico e proteção ambiental, uma abordagem histórica desde a Conferência de Estocolmo (1972). Naquele evento, o Brasil destacou a ideia de responsabilidades comuns, porém diferenciadas, reconhecendo que os problemas ambientais nos países desenvolvidos derivavam do progresso industrial, enquanto nos países em desenvolvimento eram causados pelo subdesenvolvimento e pobreza.

A Agenda 2030 apresenta uma proposta ambiciosa, que exige esforço conjunto e monitoramento contínuo para promover transparência e responsabilidade. Seu sucesso depende da capacidade de países e organizações de alinhar políticas locais e nacionais com os objetivos globais, além de enfrentar as tensões entre nações desenvolvidas e em desenvolvimento. Por fim, a Agenda 2030 redefine a cooperação internacional, estabelecendo uma visão integrada de desenvolvimento e propondo estratégias adaptadas às complexidades do século XXI. Seu legado transcende os objetivos imediatos, buscando transformar o paradigma global em direção a um futuro sustentável, justo e inclusivo para todos.

Partindo de uma abordagem integrada da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável, é possível identificar a importância da interdependência entre prosperidade econômica, justiça social e preservação ambiental em prol de futuro equitativo e inclusivo para as gerações presentes e futuras. Ou seja, não se trata de apenas resolver problemas isolados, mas agir por meio da adoção de estratégias abrangentes e complexas, tal qual o cenário global da sustentabilidade do futuro.

Os tripés da sustentabilidade, composto dos pilares econômico, social e ambiental, são essenciais para a tomada de decisões estratégicas em escala global e local, pois condicionam para um contexto estruturado em termos de equilíbrio entre o crescimento econômico, a inclusão social e a proteção dos recursos naturais, garantindo assim que nenhuma dessas dimensões sustentáveis seja sacrificada em detrimento de outras.

A Agenda 2030 surge nesse contexto emergencial por meio de seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas que firma um compromisso global abrangente e ambicioso, enfrentando os desafios que transcendem essas fronteiras locais, tais como a pobreza, a desigualdade, a crise climática e a degradação ambiental. Muito além de roteirizar essas transformações mundiais, indica a necessidade de um trabalho conjunto e contínuo de governos, sociedade civil, setor privado e indivíduos na busca de soluções inclusivas e duradouras.

Ainda assume protagonismo nesse contexto de urgência da cooperação internacional, comprovando que as mudanças climáticas, a desigualdade e a degradação ambiental exigem esforços coordenados em múltiplos níveis, desde políticas públicas locais até acordos multilaterais. Assim sendo, evidencia que a colaboração global entre nações nos seus mais diversos setores é elemento fundamental para mobilizar recursos, compartilhar conhecimento e implementar práticas inovadoras.

Em resumo, a interligação entre os tripés da sustentabilidade, os ODS e o Plano de Ação Global destacam a necessidade de uma abordagem holística e integrada, pois somente através de ações imediatas e de um compromisso contínuo que um futuro verdadeiramente sustentável, equitativo e inclusivo, deixa de ser um projeto e passa a ser uma realidade. Ou seja, além de atender às demandas emergenciais da nova era, ainda honra a responsabilidade intergeracional de preservar o planeta e promover o bem-estar humano.

Relevante destacar que a prosperidade econômica, a justiça social e a preservação ambiental não se trata de áreas isoladas, mas sim áreas completamente interdependentes no que se refere ao desenvolvimento de um mundo sustentável. Esse entendimento reflete uma visão holística que se aprofunda ao reconhecer que as dimensões econômica, social e ambiental devem ser abordadas simultaneamente para que o progresso seja alcançado de maneira equilibrada, já que são as bases para tomadas de decisões que buscam esse equilíbrio, afinal não é possível priorizar uma dessas dimensões sem comprometer as demais.

Portanto, as políticas públicas, as práticas empresariais e as ações individuais devem buscar um ponto de convergência entre essas áreas, sendo que possuem forte ligação à Agenda 2030 da ONU, que propõe uma agenda global com 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), os quais buscam não só resolver problemas ambientais, mas também as desigualdades sociais e promover o desenvolvimento econômico de forma sustentável. A Agenda 2030 representa uma tentativa global de alinhar todos os países para a realização de uma série de metas ambiciosas e de longo prazo. Ou seja, as metas não são uma recomendação, mas sim um compromisso global que exige ações coordenadas entre governos, sociedade civil e setor privado.

Os desafios ambientais não são problemas que podem ser enfrentados por uma única nação ou por nações isoladamente, exigindo esforços colaborativos de todos os setores da sociedade em contexto global. Apenas por meio de acordos multilaterais, compartilhamento de conhecimento e mobilização de recursos que as metas traçadas pela Agenda 2030 podem se concretizar, lutando contra as mazelas e reflexos do capitalismo desenfreado.

Iniciativas do setor privado como as tomadas por empresas como Natura, Banco do Brasil e Samsung têm auxiliado na redução de impactos ambientais, incentivado a economia circular e promovendo o uso responsável dos recursos naturais. Muito além de promover a preservação ambiental, atendem à crescente demanda do consumidor por produtos e serviços que respeitem os princípios da sustentabilidade, representando uma face do capitalismo urgente de ser adotada em geral. O envolvimento do setor privado, especialmente em uma economia globalizada, é essencial para garantir que os esforços para a implementação de práticas sustentáveis não sejam apenas uma responsabilidade governamental, mas uma ação coletiva que envolva diferentes partes da sociedade.

Muito embora a Agenda 2030 seja um avanço por si só, sua implementação sofre forte oposição, tais como, a ausência de mecanismos de controle e monitoramento eficazes, especialmente no que diz respeito à vigilância e à transparência no cumprimento das metas. Isso atrapalha a criação de um sistema robusto de governança, baseado na transparência e na responsabilidade social, que assegure que os objetivos da Agenda 2030 sejam efetivamente cumpridos.

Ainda, a implementação de práticas sustentáveis no contexto das economias locais, com foco na redução de desigualdades, continua sendo um desafio. A crise climática e os efeitos colaterais de uma globalização sem regulamentações mais rígidas aumentam as disparidades sociais e econômicas, exigindo mais do que políticas públicas; é necessário um esforço contínuo de mudança de mentalidade em toda a sociedade.

Neste contexto, enquadram-se nas Ciências Sociais, que se ocupam de fenômenos que têm por principal característica dependerem da vontade dos homens (MACPHERSON, 1978). Importante assim o entendimento da vida social em que está inserida para a compreensão das possibilidades e objeto de interesse das Políticas Públicas, que em última análise são artifícios criados e atualizados, na época contemporânea que visam analisar e cumprir questões e relações próprias da ordem social e política.

Sendo assim, há um complexo panorama de interações entre a sustentabilidade ambiental, econômica e social, apresentando uma visão estratégica e integrada para o desenvolvimento de políticas públicas e práticas empresariais. A Agenda 2030, com seus ODS, surge como um marco global, desafiando todos os países a adotarem uma postura ativa no enfrentamento dos problemas contemporâneos. Entretanto, ainda é necessário um esforço contínuo para superar desafios de implementação, aprimorar mecanismos de controle e incentivar a colaboração entre todos os setores da sociedade em prol de um futuro mais justo, equilibrado e sustentável para as atuais e futuras gerações.

No entanto é evidente se constituem nas instituições representativas das esferas privada e pública na vida social contemporânea, mas que no âmbito da sustentabilidade ocorre a falta do monitoramento das políticas públicas em especial da sua relação com os ODS, destaca-se que o monitoramento cumpre uma importante função de apontar necessidades de ajuste ou correção do processo em curso. É importante a avaliação das Políticas visando conhecer o seu impacto após sua implementação

V. Conclusão

A pesquisa alcançou o objetivo geral de demonstrar a influência do capitalismo, investigando se ele atua como catalisador do desenvolvimento sustentável e se exerce impacto na Agenda 2030. Os resultados obtidos em relação aos objetivos específicos podem ser resumidos da seguinte forma:

- 1. Antropoceno e narrativas contemporâneas:** A análise das ideias de antropoceno e das narrativas naturalistas, pós-natureza, ecocatastrofista e ecomarxista revela sua significativa influência na formulação do conceito atual de desenvolvimento sustentável, evidenciando as complexas interações entre sociedade, economia e meio ambiente.
- 2. Desenvolvimento humano e crise ambiental:** A discussão sobre o desenvolvimento humano e o agravamento da crise ambiental, com base nas reflexões de Carson e Hardin acerca da tragédia dos comuns, demonstra que o desenvolvimento sustentável é essencial para assegurar avanços sociais. Embora o capitalismo tenha contribuído para o agravamento da crise ambiental, também apresenta o potencial de ser um agente transformador na construção de um futuro mais equilibrado e na promoção da Agenda 2030.
- 3. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável:** A análise do confronto entre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, sob a perspectiva do tripé da sustentabilidade, reforça a urgência de adotar práticas que conciliem progresso econômico, justiça social e preservação ambiental. A Agenda 2030, com seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), oferece diretrizes claras para a promoção da sustentabilidade global. No entanto, sua efetividade ainda é limitada pela ausência de mecanismos robustos de controle e monitoramento.

Esses resultados apontam para a necessidade de ações coordenadas que articulem capitalismo, desenvolvimento sustentável e os ODS, visando um futuro mais sustentável e inclusivo. Em termos gerais, a integração dos pilares econômico, social e ambiental, proposta pela sustentabilidade e pelo desenvolvimento sustentável, é um dos maiores desafios e, ao mesmo tempo, um dos maiores imperativos para a construção de um futuro equitativo e resiliente, especialmente diante de complexos desafios, tais como, as mudanças climáticas, a desigualdade social, a escassez de recursos naturais e os impactos econômicos de crises sanitárias e geopolíticas

Apesar de Agenda 2030, consubstanciada em seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) oferecer diretrizes claras em prol da sustentabilidade global, ainda dependem de uma complexa gama de questões interligadas, como a erradicação da pobreza, a promoção da saúde, a educação de qualidade, a justiça social, a proteção ambiental e o fortalecimento das instituições democráticas, que, por sua vez, tem clara interdependência entre os aspectos econômicos, sociais e ambientais, visando promover um desenvolvimento que não apenas satisfaça as necessidades atuais, mas também assegure que as gerações futuras possam prosperar dentro dos limites do planeta.

A concretização dessas metas é muito além de um compromisso formal e global, é uma legítima mudança de comportamento e perspectiva, cuja concretização demanda uma ação coordenada e colaborativa entre os governos, as organizações internacionais, a sociedade civil e o setor privado. Mudanças no modelo de desenvolvimento sustentável e nos moldes do capitalismo globalizado, exigem a reorientação de políticas públicas, de modelos econômicos e industriais e na promoção do acesso universal a serviços essenciais, como saúde e educação, preservando a biodiversidade e os ecossistemas, por meio desse esforço contínuo na forma como empresas operam e como as pessoas consomem e interagem com o meio ambiente.

A implementação bem-sucedida desses objetivos depende das especificidades e as necessidades locais, afinal é um compromisso global. Países em desenvolvimento, por exemplo, podem ter obstáculos adicionais relacionados à infraestrutura, à educação e à governança, enquanto países desenvolvidos enfrentam desafios relacionados ao consumo excessivo e à responsabilidade ambiental. Nesses termos, as ações devem se adaptar aos modelos capitalistas enquanto os remodelam, respeitando ainda a diversidade cultural e econômica de cada contexto, sem deixar de lado os princípios universais de justiça e igualdade.

A implementação e sucesso das metas da Agenda 2030 reside ainda em uma adequada vigilância e transparência por parte de todos os atores da sociedade, garantindo que além do alcance das metas, seja possível monitorar, avaliar e ajustar as políticas e ações implementadas, para garantir a eficácia e adaptação a longo prazo. O papel das instituições internacionais, como as Nações Unidas, bem como de organizações da sociedade civil e movimentos populares, é fundamental para cobrar a responsabilidade dos governos e das empresas em relação ao cumprimento desses compromissos.

Ainda cresce a necessidade de promoção de uma conscientização coletiva acerca da urgência de se atingir e garantir um futuro sustentável, por meio da educação e informação adequadas e que envolvam as populações em iniciativas de sustentabilidade, incentivando comportamentos mais responsáveis e colaborativos. Isso envolve, portanto, a promoção de estilos de vida saudáveis, o incentivo à redução de desperdícios, o consumo consciente e a preservação dos recursos naturais.

Assim considerando que conforme Abraham Kaplan e Harold Laswell (1979) políticas públicas são programas que projetam “objetivos, valores e práticas”, e que o entendimento de que Políticas Públicas envolvem a solução de problemas pelos seus gestores em especial o governo, ante o estudo, evidencia-se que existem **POLÍTICAS PÚBLICAS PARA UM MUNDO MELHOR QUE JÁ SÃO APLICADAS, MAS QUE DEPENDEM DE MELHORIAS** principalmente quanto a sua avaliação. Ao analisar a influência do capitalismo, verifica-se que este atua como catalisador do desenvolvimento sustentável e se exerce impacto na implementação da Agenda 2030.

Somente através de uma ação global unificada e persistente é possível mirar um futuro mais justo, saudável e ambientalmente consciente para as gerações atuais e futuras. O compromisso formalizado necessita do envolvimento de todos os setores da sociedade, ao mesmo tempo em que requer esforços individuais e coletivos em prol da superação dos desafios interpostos pela Agenda 2030, delineando um futuro no qual a prosperidade, a justiça social e a preservação ambiental podem ser inseparáveis e valorizadas na mesma medida.

Agradecimentos

Agradecemos primeiramente a Deus, e as instituições e programas de pós graduação que permitiram e contribuíram com o desenvolvimento da presente pesquisa, em especial ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Comunitário da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), onde se desenvolve a pesquisa no doutoramento e ao Programa de Pós-Graduação em Direito, stricto sensu, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, onde se desenvolve a Pesquisa continuada junto ao MESTRADO em Direito UEPG e que propõe a discussão dos limites de atuação da jurisdição no que diz respeito às políticas públicas. Finalmente a **Revista IOSR JOURNAL OF BUSINESS AND MANAGEMENT (IOSR - JBM) E-ISSN: 2278 - 487X (Qualis A2)**, que possibilita a divulgação e disseminação da pesquisa afim de contribuir com a ciência e um mundo melhor.

Referências

- [1] ALMEIDA, Isabella. Mata Atlântica: 13 Espécies Estão Ameaçadas Por Causa Do Desmatamento. *Correio Braziliense*, 12 Jan. 2024. Disponível: <https://www.correiobraziliense.com.br/ciencia-e-saude/2024/01/6784804-mata-atlantica-13-especies-estao-ameacadas-por-causa-do-desmatamento.html>. Acesso Em: 12 Jan. 2024.
- [2] AMARAL, Raquel Domingues. O Princípio Da Harmonia Com A Natureza: Uma Proposta Para A Consideração Ética E Jurídica Dos Seres Vivos Não Humanos E Ecossistemas. Tese Do Programa De Pós-Graduação Em Direito – Universidade De São Paulo, 2021. Disponível Em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2134/Tde-21072022-104845/Publico/10894111DIO.Pdf>. Acesso Em: 09 Jan. 2023.
- [3] ANTROPÓLOGOS Se Reúnem Na UFG Para Abordar A Crise Ambiental. *Sagres*, 28 Nov. 2023. Disponível Em: <https://sagresonline.com.br/antropologos-se-reunem-na-ufg-para-abordar-a-crise-ambiental/>. Acesso Em: 30 Nov. 2023.
- [4] BOFF, Leonardo. *Saber Cuidar*. Petrópolis: Vozes, 1999. BOFF (1999, P.137).
- [5] BOFF, Leonardo. *Sustentabilidade – O Que É E O Que Não É*. 4.Ed. Petrópolis: Vozes, 2015 (BOFF, 2015, P. 128).

